



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP - TI - 21484187

(para contratação de soluções de TIC por licitação)

Para orientações quanto ao preenchimento do ETP, consultar o Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário ([anexo](#) da Resolução CNJ 468, de 2022)

e, subsidiariamente, o Guia Referencial de Preenchimento do ETP do TRF1 (20487579)

**LINK DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, POR FIBRA ÓTICA, TAXA DE TRANSMISSÃO 500 MBPS**

Processo Administrativo nº 0006248-49.2023.4.01.8006

### Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Fase	Autor
22/02/2024	1.0	Primeira versão do documento	PCTIC	Integrante Administrativo

### INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

### 1 - DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

#### Identificação das necessidades de negócio

1	Alinhamento com os instrumentos de planejamento - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – <a href="#">PETI para 2021-2026</a> aprovado pela resolução <a href="#">CJF-RES-685/2020</a> de 15 de dezembro de 2020; - Objetivo 1 - Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal; - Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da Primeira Região – PDTI-TRF1 2021/2023 ( 17177073), aprovado pelo CGTI-JF1(17188609). <b>PDTI-55 Prover serviços de link de comunicação para interligação dos edifícios do TRF1</b> - Ação do PAC 2024: ( 18963688) Serviço de acesso à internet local (Goiânia), incluindo circuito de comunicação de dados, locação de equipamentos e gerenciamento.
2	Continuidade da prestação de serviços de Acesso à Internet, cujo atual nº 12/2019 ( 8359651), vige até 24/06/2025 (Cláusula Segunda do 3º Termo de Aditivo 20390442)
3	Diminuição das interrupções dos links, o que tem gerado reclamações por parte das subseções ( 0016702-93.2020.4.01.8006 e 0013067-07.2020.4.01.8006)
4	O valor de cada enlace e da appliance deverá ser especificado segundo orientações contidas no Anexo I – Planilha de Formação de Preços.
5	A execução do objeto seguirá a dinâmica descrita no Anexo II - Modelo de Execução do Objeto
6	Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns; Os requisitos contidos na Especificação técnica correspondem aos tipos de serviços de comunicação praticados pelas empresas nacionais do ramo e não foram inseridas exigências especiais;
7	Princípio da padronização. <a href="#">Art. 40, V, “a”, da Lei 14.133/21</a> - Em função da natureza "genérica" das especificações, considera-se atendido este quesito;
8	Catálogo eletrônico de padronização ( <a href="#">Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14.133/21</a> ), informa-se que o TRF1 e essa Seccional ainda não instituíram catálogos próprios de padronização, sendo utilizado o catálogo do Poder Executivo Federal (CATMAT).
9	Subcontratação: Não será admitida. Os itens 1 e 2 são serviços "unitários"; Quanto ao equipamento SDWAN, trata-se de acessório comum às empresas de telecomunicações e de menor preço que o link, sendo perfeitamente possível agregá-lo ao item 1.

10	Transição dos serviços: - Face à importância que a rede de dados representa para a manutenção das atividades jurisdicionais, é essencial que o contrato atual seja mantido até que cada uma das etapas desta nova contratação esteja apta para aceitação; - Desta forma, é necessária a coordenação das atividades de aceitação das etapas contratadas com a rescisão destes circuitos do contrato vigente, de forma que não haja superposição de gastos com o mesmo objeto;
11	Não será exigida garantia contratual para esta contratação. (fiança, seguro-garantia, etc)
12	A vistoria prévia aos locais de instalação será facultativa; Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, o licitante não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência de futura contratação; Eventuais agendamentos poderão ser efetuados através dos contatos elencados na Especificação Técnica anexa.
13	Objeto de execução por terceiros ( <a href="#">art. 48 da Lei 14.133/21</a> ) Os serviços aqui demandados se constituem em fornecimentos externos de meios de trabalho (meios de acesso à internet), sendo apenas um instrumento às atividades do órgão.
14	O reajuste contratual se dará pela variação do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo

Identificação das necessidades tecnológicas	
1	A tecnologia SD-Wan permitirá o chaveamento, sem interrupções, para o segundo link redundante na falta de um dos acessos à internet. Em condições normais, fará também o balanceamento de carga entre os dois links, melhorando a qualidade do serviço.
2	Todos os detalhamentos dos requisitos tecnológicos e de negócio descritos neste estudo preliminar, serão consolidados em anexo em uma <b>Especificação Técnica</b> , a qual figurará também como anexo ao Termo de Referência.
5	Fornecimento de links de dados dedicados e com disponibilidade de conexão de 24 horas e 7 dias por semana durante toda a contratação.
6	Os serviços ofertados devem incluir a disponibilização de todos equipamentos e recursos de conectividade, bem como acessórios para o efetivo funcionamento da solução ofertada, tais como roteadores, conversores de mídia, alimentadores DC, cabos de rede, cordões ópticos, SFP's, cabos elétricos etc, permitindo o adequado funcionamento dos sistemas da JFGO nos respectivos locais de instalação;

Demais requisitos necessários à escolha e contratação da solução de TIC	
1	Requisitos de capacitação: - Por ocasião da licitação, a empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já prestou (ou está prestando) serviços de comunicação de dados com uso de Link dedicado de Internet, de ao menos 50% da velocidade e quantidade de IP's reservados indicada neste Termo de Referência.
2	Requisitos de manutenção: - A fornecedora da Solução prestará suporte técnico em todas as localidades, e edificações nas localidades, onde forem instalados os links, para garantir a continuidade e manutenção do negócio. - O suporte poderá ser remoto em casos de (re)configuração de equipamentos e necessariamente presencial em casos de intervenções "mecânicas", tais como rompimento de cabos e troca de equipamentos; - A CONTRATANTE providenciará, a pedido da CONTRATADA, rotas <b>temporárias</b> em seus firewalls para atividades <b>eventuais</b> de configuração remota.
3	Requisitos de segurança e privacidade: - A comunicação pelos links internet será criptografada, pela contratante, para garantir sigilo dos dados na sua passagem pela rede mundial.
4	Requisitos sociais, ambientais e culturais: - Observação das normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como o disposto na <a href="#">Resolução CNJ nº 400 de 16/06/2021</a> , que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. - Não se aplica requisito social ou cultural, pois esta aquisição não implicará mudança nos termos de uso da rede. - Não se aplica requisito ambiental, pois esta aquisição não requer adaptações no ambiente e nem requer necessidade de remanejamento de equipamentos que causem impactos no ambiente.

5	Requisitos legais:
	<a href="#">Res.CNJ 468, de 15 de julho de 2022</a> , que Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça. (obs.: ver o § 2º do art. 1º).
	<a href="#">Res. CNJ 370, de 28.01.2021</a> Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2021-2026.
	<a href="#">Res. CJF 685 de 15.12.2020</a> , que dispõe sobre o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, período 2021-2026
	<a href="#">Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2021-2026</a> (PEJF - resume as prioridades do Segmento para o período de 2021 a 2026).
	<a href="#">Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022</a> , que Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal.
	<a href="#">Templates e Listas de Verificação</a> , Templates e Listas de Verificação elaborados pelo órgão central do SISF.
	<a href="#">Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação</a> , Modelos de Licitações e Contratos.
	<a href="#">Resolução CJF 279, de 27 de dezembro de 2013</a> , que Dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
	<a href="#">Resolução CJF 477, de 28 de fevereiro de 2018</a> , que dispõe sobre a Política de Nivelamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Federal.
	<a href="#">Guia de boas práticas CJF-JF</a> de 2013, Instrumento de trabalho voltado ao Planejamento das Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação - MCTI-JF.
	<a href="#">Resolução CNJ 400 de 16/06/2021</a> , que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.
	<a href="#">Resolução n. 709, de 1º de junho de 2021</a> que Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal - PSJF.
	<a href="#">Lei nº 12.305</a> , de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a <a href="#">Lei nº 9.605</a> , de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.
	<a href="#">Guia Nacional de Licitações Sustentáveis</a> (versão atualizada <a href="#">4ª Edição, agosto de 2021</a> ), da Advocacia-Geral da União para a classificação de bens a serem adquiridos como sustentáveis, conforme <a href="#">Portaria Presi n. 171, de 24 de maio de 2021</a> , que adota critérios socioambientais para a classificação de bens a serem adquiridos como sustentáveis no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
	<a href="#">Portaria Presi n. 340, de 25 de outubro de 2021</a> que Aprova o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - PLS-TRF1 (14205286) para o período 2021-2026.
	<a href="#">Decreto nº 8.838</a> , de 15 de janeiro de 2016, que institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional.
	<a href="#">Lei nº 8.248</a> , de 23 de outubro de 1991, que dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.
	<a href="#">Lei nº 8.666</a> , de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXXI, da <a href="#">Constituição Federal</a> , institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências e ampara as contratações de TIC até sua revogação em 30/12/2023 (alínea "a" do inc. II do art. 193 da <a href="#">Res. CNJ 468, de 18 de julho de 2022</a> ).
	<a href="#">Lei 14.133</a> , de 01 de abril de 2021, Lei de licitações e contratos administrativos.

## 2 - ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Serão contratados apenas serviços, sem aquisição de equipamentos ou insumos. Os valores unitários abaixo são mensais e os totais consideram uma contratação inicial por 30 meses.

Usou-se a classificação "catmat" 26484 - Acesso a Internet Via Cabo, pertencente ao grupo de serviços 142 - Serviços de Comunicação de Dados.

Para atender à demanda, de forma a garantir a redundância e a disponibilidade, são 2 (dois) links de internet com taxas de transmissão (velocidade) de 1Gbps, além do serviço de redundância SD-WAN.

A estimativa da demanda foi levantada com base na identificação da necessidade de prestação contínua de serviço de internet, na intenção de disponibilizar um nível de qualidade e velocidade de internet para o tráfego de dados, voz e imagem, adequando ao alto consumo existente atualmente na Justiça Federal de Goiás.

Além disso, tendo em vista a necessidade crescente de acesso a mídias, principalmente de áudio e de vídeo, seja para alimentação dos sistemas eletrônicos, seja para realização de audiências e reuniões remotas, a velocidade de 150Mbps tem, por vezes, se mostrado em seu limite, fazendo com que haja oscilação e perda da qualidade de sinal, por exemplo, durante audiências híbridas e sessões judiciais com transmissão ao vivo.

Por fim, a Secin-TRF1 encaminhou a todas as Seccionais uma recomendação de velocidades de link (20009682), a qual foi seguida aqui sem acréscimos.

Descrição	Qtde	Motivação e Justificativa	Forma de Cálculo	Valores (R\$)	
				unitário mensal	30 meses

Link Internet IP dedicado, simétrico, 6 IP's, incluindo Appliance SDWAN	1	Controle da redundância entre os dois meios de comunicação, solução de mercado amplamente difundida	Um link incluindo locação de um equipamento. Hoje estão em uso 5 IP's, correspondendo a uma rede "/29" que fornece 6 IP's	12.984,31	389.529,30
Link Internet IP dedicado, simétrico, 6 IP's	1	Aumento da disponibilidade do acesso à internet	Dois meios redundantes de acesso à internet	7.643,05	229.291,35

**Tabela 1 - Velocidades padronizadas**

Descrição	Velocidade (Gbps)
Link Dedicado de Internet	1

**Tabela 2.1 - Itens a adquirir**

Lote	Item	Descrição	Velocidade (Mbps)	Catmat	Un	Qtd	Valores unitários mensais (R\$)				Totais	
							Min. Agricultura <sup>1</sup>	DETRAN-MT <sup>2</sup>	PGR <sup>3</sup>	Média	12 meses	30 meses
1	1	Link Internet IP dedicado, simétrico, 6 IP's, incluindo Appliance SDWAN	1.000	26484	mês	30	<b>15.032,29</b>	18.659,39	<b>10.936,33</b>	12.984,31	155.811,72	389.529,30

1- Contrato Ministério da Agricultura nº 03/2023 - item 07

2- Contrato Detran-MT nº 004/2023 - item 4

3- Contrato PGR nº 13/2023

**Tabela 2.2 - Itens a adquirir**

Tabela 2.2 – Itens a adquirir													
Lote	Item	Descrição	Velocidade (Mbps)	Catmat	Un	Qtd	Valores Unitários mensais (R\$)					Totais	
							JFPR <sup>4</sup>	TRT17 <sup>5</sup>	TJAM <sup>6</sup>	TJDFT <sup>7</sup>	Média	12 meses	30 meses
1	2	Link Internet IP dedicado, simétrico, 6 IP's	1.000	26484	mês	30	<u>7.007,42</u>	<u>8.278,67</u>	18.333,18	12.620,98	7.643,05	91.716,60	229.291,35

4- Contrato JFPR nº 18/2022

5- Contrato TRT17 nº 12/2023

6- Contrato TJAM nº 03/2022

7- Contrato TJDFT nº 12/2020 - Aditivo nº 03

Nas tabelas acima, foi apresentado o resumo do valor estimado para os serviços num prazo de 12 e 30 meses.

A estimativa de valores apresentada nas Tabelas 2.1 e 2.2 foi calculada pela média dos valores mais baixos (**negrito**) encontrados em cada contrato citado.

A projeção dos valores dos contratos TRT4, Ministério da Agricultura, DETRAN-MT e PGR referentes ao Lote 1 Item 1 foram realizados através dos valores mensais dos contratos de link de comunicação de dados de 1Gbps e com SD-WAN.

Já a projeção dos valores dos contratos TJDFT, JFPR, TRT17 e TJMA referentes ao Lote 2 Item 1 foram realizados através dos valores mensais dos contratos, divididos pela velocidade contratada de 400Mbps e multiplicado pelo valor de 1Gbps.

### 3 - ANÁLISE DAS SOLUÇÕES<sup>6</sup>

### 3.1 - Descrição da Solução (ou cenário)

Foram consideradas inviáveis as soluções de implantação de rede de longa distância com link via satélite e via rádio pelas seguintes razões:

- Velocidades oferecidas nessas soluções são comparativamente mais baixas que MPLS e SD-WAN;
- A qualidade da comunicação é muito afetada pelas condições atmosféricas, degradando-se em dias de chuva;
- Necessitam de horizonte livre para um perfeito alinhamento entre antenas, condição difícil de garantir, principalmente nos centros das cidades onde funcionam as unidades da JFGO;
- No caso específico de comunicação via rádio, na maioria das vezes é necessário instalação de torre para fixação de antenas de rádio, operação cara, trabalhosa e envolvendo muitos riscos;
- Em ambas soluções, os equipamentos são mais caros que os de outras tecnologias;
- Pouca oferta de serviços, contribuindo para o preço elevado dessas soluções.

Soluções de conectividade via rádio e via satélite são indicadas para lugares remotos onde não há oferta de outros serviços baseados em infraestrutura cabeada.

Cenário	Solução
Contratação de Links Dedicados de Internet e SD-WAN	1. Link de internet compartilhado: também conhecido como banda larga, consiste em uma rede compartilhada, com o compartilhamento de instalações por parte do provedor do serviço, entre diferentes usuários em uma área. É o modelo típico de banda larga contratada para residências e empresas de pequeno porte. Contratação de Appliance SD-WAN para balanceamento de carga
	2. Link de fibra óptica dedicada: é um serviço oferecido sem compartilhamento de banda no acesso, com acessos permanentes e total conectividade IP. O link dedicado possibilita a disponibilidade dos serviços Internet, por meio de conexões diretas, com a velocidade proposta de 1Gbps, acompanhando a banda do link de Internet principal. Contratação de Appliance SD-WAN para balanceamento de carga e controle de redundância para minimizar interrupções.

### 3.1 - Análise Comparativa de Soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	1 e 2	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)				X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)				X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?				X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)				X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)				X

### 4. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

**4.1.Soluções Inviáveis (Conforme § 1º do art. 11 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#), as soluções identificadas e consideradas inviáveis deverão ser registradas no Estudo Técnico Preliminar da Contratação (breve descrição e justificativa), dispensando-se a realização dos respectivos cálculos de custo total de propriedade)**

A Solução 1 foi considerada inviável em razão de aspectos relacionados a desempenho e a segurança. O link de internet compartilhado não dispõe de níveis de qualidade adequados com a necessidade da Justiça Federal de Goiás, bem como não garante as velocidades de download e upload contratadas.

### 5 - ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS<sup>7</sup> (TCO - Total Cost Ownership)

#### 5.1. Cálculo dos Custos Totais de Propriedade

Solução Viável: 2

Descrição: Contratação de 2 (dois) Links de Internet para balancear carga e redirecionar em caso de perda de um dos links individuais através do uso de tecnologia SD-WAN.

#### Custo Total de Propriedade - Memória de Cálculo

A projeção dos valores foram realizados através dos valores anuais dos contratos.

A projeção dos valores do Lote 01 Item 01 foi realizada através dos contratos 03/2023 do Ministério da Agricultura e 13/2023 da PGR, conforme tabela 2.1;

A projeção dos valores do Lote 01 Item 02 foi realizada através dos contratos 18/2022 da JFPR e 12/2023 TRT17, tabela 2.2.

O índice de reajuste utilizado foi o [IPCA](#) - "Índice de Preço ao Consumidor Amplo", acumulado dos últimos 12 meses, tendo por base o mês de junho/2024. (4,23%)

#### 5.2. Mapa Comparativo dos Cálculos Totais de Propriedade (TCO)

Descrição da Solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos (R\$)			Total (R\$)
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	
Solução Viável 2	R\$ 247.528,32	(ano 1) x 1,0423 = R\$ 257.998,77	(ano 2) x 1,0423 = R\$ 268.912,12	774.439,21

#### 6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

##### 6.1 Descrição

Solução 2: Contratação de 2 (dois) Links de Internet para balancear carga e redirecionar em caso de perda de um dos links individuais através do uso de tecnologia SD-WAN.

##### 6.2 Justificativa ou não do Parcelamento da Solução (§ 3º do art. 12 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#)).

A adjudicação será por itens, sendo que necessariamente os itens devem ser adjudicados a empresas distintas.

- O que se pretende aqui é obtenção de uma comunicação estável com zero ou muito próximo de zero interrupções, o que é obtido com fornecedores distintos; A probabilidade de ambos sofrerem interrupções é tida como baixa;

#### 7 - ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

A solução 2 implicará gasto de R\$ 774.439,21 em três anos, incluindo dois reajustes anuais.

#### 8 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Declara-se a viabilidade da contratação e justifica-se** a solução escolhida em razão de prover próximo de zero interrupções nas comunicações e ser economicamente viável, pois a Seccional prescinde da continuidade da prestação de serviço de rede em face da nova realidade de migração de serviços para modalidades remotas e em nuvem.

#### 9 - ASSINATURAS

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela [Portaria Diref 456](#) (18375061) de 14 de junho de 2023. Conforme o § 2º do Art. 11 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#), o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnico e Requisitante e pela autoridade máxima da área de TIC:

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Renato Vieira Machado Supervisor da Seção de Infraestrutura e Segurança da Informação - Seisi	André Tadeu de Freitas Ferreira Analista Judiciário da Seção de Infraestrutura e Segurança da Informação

#### INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

Soraya Maria Leal Yoshioka  
Supervisora da Seção de Contratos - Secon

#### 10 - APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#).

#### AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC

(OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL - § 3º do art. 11 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#))

Goiânia, data da assinatura eletrônica.

Vagner Reihati Toguchi  
Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação

#### ANEXO I - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Lote	Item	Descrição	Velocidade (Gbps)	Catmat	Un	Qtd	Valores (R\$)		
							Unitário mensal	12 meses	30 meses
1	1	Link Internet IP dedicado, simétrico, 6 IP's, incluindo Appliance SDWAN	1	26484	mês	30			
	2	Link Internet IP dedicado, simétrico, 6 IP's	1	26484	mês	30			
Totais									

A proposta da licitante deverá vir acompanhada de documentação técnica que comprove o atendimento dos requisitos da Especificação Técnica.

#### ANEXO II - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. A CONTRATADA deverá em, no máximo, de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço, finalizar a implantação de todos os circuitos e equipamentos (caso necessário) que compõem a solução de comunicação de dados da Seção Judiciária de Goiás.  
A implantação obedecerá à seguinte ordem:

prazo (dias)	evento	
0	1	Assinatura do contrato
3	2	reunião kick-off
5	3	apresentação do projeto executivo
3	4	aprovação do projeto executivo e emissão da ordem de serviço
45	5	Implantação dos Links Internet na Seção Judiciária
3	6	Testes dos links
2	7	Termo de recebimento provisório
5	8	Período de funcionamento experimental
2	9	Termo de recebimento definitivo
5	10	Início do Faturamento

## 2. Processo de implantação e migração

1. A CONTRATADA deverá agendar uma reunião de kick-off em até três dias após a assinatura do contrato
2. A CONTRATADA deverá apresentar o Plano do Projeto contendo o cronograma de implantação e migração dos serviços em no máximo 5 (cinco) dias corridos contados a partir da reunião de kick-off;
3. O Plano do Projeto de implantação e migração deverá ser aprovado pela CONTRATANTE, em até 3 (três) dias corridos após sua apresentação;
  1. O Plano do Projeto de implantação e migração deverá ser elaborado de forma a não influenciar na rede de dados hoje instalada e sem interrupção dos serviços existentes;
  2. O Plano de Projeto deverá contemplar cronograma estimativo das ativações dos circuitos, considerando os critérios a seguir:
    1. Prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para implantação dos links de dados, a partir da aprovação do Plano de Projeto e emissão da(s) Ordem(s) de Serviço;
    2. O período de teste de cada um dos circuitos não estará sujeito à remuneração de nenhum tipo, podendo estes ser utilizados até aceite final, observando os critérios descritos no item 3 - Testes dos Circuitos;
4. O início da implantação dar-se-á somente após a aprovação, pela CONTRATANTE do Plano do Projeto;

## 3. Testes dos Circuitos

Após a ativação de cada um dos circuitos terá a início a fase de testes, requisito para aceitação;

1. Não existe prazo definido para realização dos testes, que poderão se estender até perfeito funcionamento do circuito;
2. Os equipamentos serão recusados caso sejam entregues com especificações diferentes das constantes do Edital ou da proposta da CONTRATADA ou quando apresentarem defeito durante os testes de conformidade;
3. Os testes de aceitação dos serviços de rede serão compostos, no mínimo, por testes de:
  1. Conectividade e funcionamento;
  2. Testes da solução de gerência da rede;
  3. A aceitação ocorrerá caso os resultados dos testes estejam conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e vinculado à entrega de 100% (cem por cento) dos circuitos contratados.
  4. Um enlace da rede será considerado aceito, nos **testes de conectividade**, caso:
    1. Os indicadores Taxa Perda de Pacotes (TPP) e Latência da Rede (LR) estiverem dentro dos, níveis mínimos de serviço (NMS) indicados no Anexo I ao termo de referência;
    2. A transação padrão de um sistema corporativo on-line, a ser definido pela CONTRATANTE, puder ser completada com sucesso, dentro das características da aplicação;
    3. For possível a navegação pela Intranet da CONTRATANTE;
    4. Para o serviço de voz sobre IP (VoIP) for possível originar e receber ligações.
  5. Um enlace da rede será considerado aceito, nos **testes da solução de gerência de rede**, caso se mostrem presentes as funcionalidades e relatórios, do sistema de gerência da CONTRATADA.

## 4. Recebimento provisório

A emissão do Termo de **Aceite Provisório se dará por lote**, satisfeitos os seguintes critérios:

1. Adequação de todos os serviços prestados às condições do Edital;
2. Adequação dos circuitos aos critérios e limites estabelecidos no Plano de Projeto;
3. Realização dos testes descritos no item 3 para cada um dos circuitos que compõe determinada etapa;
4. A emissão do Termo de Recebimento Provisório de determinada etapa não implica débitos de qualquer espécie para o CONTRATANTE e tampouco em autorização para início do faturamento;

## 5. Período de Funcionamento Experimental - PFE

1. Após aceitação provisória terá início o Período de Funcionamento Experimental - PFE, período destinado à

verificação do funcionamento dos serviços, sendo este um requisito para aceitação definitiva;

2. O PFE terá a duração de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório referente a determinado lote;
3. O PFE, Período “no-failures”, se estenderá no máximo a 5 dias corridos, no qual os circuitos envolvidos não deverão apresentar falhas de projeto, especificação, desempenho ou falhas dos níveis de serviço;

## 6. Recebimento Definitivo

1. **A aceitação definitiva referente a cada lote** se dará após a verificação da correta operação do sistema após o término do Período de Funcionamento Experimental – PFE e vinculado à entrega de 100% (cem por cento) do acesso contratado;
2. Ao final do PFE, concluído com sucesso, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo;
3. Em virtude da necessidade de transição dos serviços, fica estabelecido como data de início de faturamento dos circuitos que compõe cada lote, o 5º dia posterior à data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo referente àquele lote;
4. O Termo de Recebimento Definitivo não isenta a CONTRATADA das responsabilidades sobre o pleno funcionamento de todas as facilidades e vantagens oferecidas, estendendo-se a possibilidade de realização de testes destas facilidades ao longo da prestação dos serviços;

1- modelo atualizado em 06/04/2023

Para orientações quanto ao preenchimento do ETP, consultar o Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário [anexo da Resolução CNJ 468, de 2022](#) e, subsidiariamente, o Guia Referencial de Preenchimento do ETP do TRF1 (17056610)

Fundamentação:

- Recomendação item 2.3.9.7 do RFA 11706444 e Informação Seaug 12333855

- Modelo disponível em [Templates e Listas de Verificação](#) (normatização atualizada em 21/08/2023 11h57)

- Art. 11 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#) - (normatização atualizada em 26/06/2023 11h35, disponível em [Legislação Contratações de TIC](#), atualizado em 26/06/2023 15h57).

- Modelo Secin-TRF1 PAe0009557-04.2020.4.01.8000

2- Alínea "b" do inc. IV do art. 2º da [Instrução Normativa](#) SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

3- Alínea "a" do inc. IV do art. 2º da [Instrução Normativa](#) SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

4- Referência: Art. 11 da [Instrução Normativa](#) SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

5- Art. 11, inc. I da [Instrução Normativa](#) SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

6- Art. 11, inc. II da [Instrução Normativa](#) SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

7- Não se aplica à soluções inviáveis, conforme § 1º do art. 11 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#)

8. O integrante requisitante designado na portaria SJGO-DIREF 18375061, estava em férias, sendo substituído por um colega da mesma Seção.



Documento assinado eletronicamente por **Vagner Reihati Toguchi, Diretor(a) de Núcleo**, em 09/10/2024, às 18:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Soraya Maria Leal Yoshioka, Supervisor(a) de Seção**, em 09/10/2024, às 18:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Tadeu de Freitas Ferreira, Analista Judiciário**, em 09/10/2024, às 18:51 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Vieira Machado, Supervisor(a) de Seção**, em 09/10/2024, às 19:43 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21484187** e o código CRC **60695A86**.

